

A ESFINGE DO CIBERESPAÇO*

Terezinha Ferrari**

Resumo

Este texto contrapõe a idéia do ciberespaço como o lugar de novas formas culturais à apreensão de que o ciberespaço é o lugar da reprodução do capital nesta fase de financeirização planetária. A aplicação e a expansão de técnicas logísticas, como o *just in time*, promovem, através do mesmo ciberespaço, aclamado como o lugar do novo, um movimento de reprodução pautado no aumento do número de vezes em que o capital retorna ao seu ponto de início; para isso os trabalhadores devem comportar-se como seres exclusivamente informacionais, de modo a serem úteis a esta reprodução, interfaciando-se com as máquinas programáveis.

Palavras-chave

Ciberespaço; rotação do capital; *just in time*; informação; informática.

Abstract

This text contraposes the idea of cyberspace as the place for new cultural forms, to the understanding of cyberspace as the locus for capital reproduction, in the current phase of planetary financialization. Application and expansion of logistical techniques, as the "just in time", promote through the cyberspace (acclaimed as the locus of a new age) a movement of reproduction based on the increase in the number of times that the capital returns to its initial point. For this to happen, workers are supposed to behave exclusively as informational beings, useful to this reproduction, interfaced with programmable machines.

Keywords

Cyberspace; Capital Spin; "just in time"; Information; Information Technology.

Desde as últimas décadas do século passado, pesquisadores das ciências sociais têm sido solicitados a se posicionar e analisar fatos e comportamentos que, direta ou indiretamente, estão relacionados ao uso generalizado de máquinas programáveis informacionais. Entre esses fatos estaria a criação do *ciberespaço* e os comportamentos indicativos de possíveis novas formas de sociabilidade decorrentes da intercomunicação entre indivíduos através desse mesmo ciberespaço. Comunicação advinda e estimulada pela intensificação e extensividade de específicas *interfaces homem-máquina* através das quais seres humanos se comunicariam entre si e/ou com essas máquinas programáveis, com frequência, apresentadas como inteligentes.

Apresentadas como universais e necessárias, abordagens e concepções sobre o ciberespaço são, em geral, herméticas, enigmáticas e de caráter fenomenológico-pragmatista. Nessas concepções, o ciberespaço é entendido como um tempo e um espaço de relações comportamentalistas, um *lugar não-lugar* onde experiências igualitárias, intersubjetivas as mais inusitadas ocorreriam, forcejando os contornos do futuro da humanidade. O caráter fenomênico das análises pauta-se pelo desprendimento desse *lugar não-lugar* das relações sociais de produção reduzindo-o a meio fenomênico autônomo de sociabilidade comunicativa entre indivíduos isolados – como mônadas sem janelas (de acordo com Leibniz), mas com *windows*.

Ao menos em parte e nos limites deste artigo, procuraremos remover dessas concepções a maquiagem socioculturalista comportamental e fenomênica que escamoteia nesse ciberespaço a reprodução do capital em sua forma financeira mundializada. Reprodução que exige a naturalização de alguns aspectos das necessidades do capital em seu estágio atual (armazenamento, processamento e transmissão de informações em *tempo* real) e se caracteriza, entre outras formas, pela tentativa de reduzir idealmente o homem a um *ser* informacional comunicativo, a um ser que, desde sempre, natural e exclusivamente, cria códigos e se comunica através de linguagens que conteriam informações a serem processadas e reprocessadas.

A teoria burguesa da história contribui ao seu modo para essa naturalização das relações sociais. Através dessas idealizações, esquadrinha sua concepção de mundo em todas as épocas históricas, mantendo um *olhar* seletivo que mutila as totalidades societárias, delas retendo apenas o que confirma essa concepção. Evidentemente, essa é problemática delicada, sobre a qual não poderemos nos debruçar aqui, mas registrem-se as tentativas dos arautos das *tecnologias da inteligência* e ou cibernéticas de supor seus cânones válidos para todos os tempos. Esforço de esquadrinhamento que vem acompanhado do fundamento teórico-filosófico atual que pretende restringir o homem a ser comunicativo e criador de códigos e linguagens de toda ordem, circunscrevendo-o às suas representa-

ções simbólicas. Como resultado ideal de uma suposta sociedade da informação na qual a exploração do trabalho teria acabado – e, aliás, findado o próprio trabalho – essas representações são esvaziadas do conteúdo das atividades primordiais necessárias à produção e reprodução material dos homens. Portanto, essas matrizes teóricas não são casuais ou modismos acadêmicos inocentes desvinculados de posições de classe. Escamotear o homem ser resultado de sua auto-atividade prático-sensível da qual, mediadamente, se objetivam complexos culturais-simbólicos contém claro posicionamento de defesa acrítica em relação à hegemonia do capital.

Essas raízes epistêmicas escamoteadoras também alimentam infundas e banais discussões, em geral, divididas em dois campos quando se discutem *tecnologias informacionais*. De um lado, as posições tecnofóbicas, eivadas de românticas posições relativas a uma volta à natureza, ao isolamento dos indivíduos promovidos pela nossa *era tecnológica*,¹ e, de outro lado, a tecnofilia dos que julgam ser essa mesma *era tecnológica* o ponto de chegada da inteligência humana. Entre esses aparentes extremos surgem os que, entendendo como vícios, buscam a virtude no meio termo por um *controle ético* do uso e das pesquisas tecnológicas. Tais raízes teórico-filosóficas de cariz fenomenológico-pragmatista alimentam e são alimentadas por trabalhos nas ciências humanas e sociais cujos pesquisadores, imersos na forma contemporânea dos paradigmas impostos pela reprodução da dinâmica do capital, negam o estatuto da ontopraticidade. Mal compreendendo esse estatuto, diriam esses pesquisadores que até hoje *velhos paradigmas* reduziram o homem a uma mera atividade laboral tecnicizante e teria essa redução esvaziado o homem de seu humanismo transcendente, restando, pois, resgatá-lo do sistema (do mercado) para o *mundo da vida* (mundo do agir comunicativo habermasiano) privilegiando seu caráter de *homo symbolicus* por essência.

Na esfera hegemônica da reprodução do capital, *novos* ou *velhos* paradigmas atendem às demandas de lucratividade e de exploração do trabalho e são estas últimas que impõem, através de complexas mediações, os paradigmas analíticos dominantes. Numa sumária indicação: desde as décadas de 1970/80, inicia-se o chamado processo de reestruturação produtiva imposto pelo capital que se constitui, entre outros objetivos, na substituição dos contingentes de trabalhadores chaplinianos dos *tempos modernos* pelo *colaborador criativo* autônomo pulverizado por diversos *novos* setores produtivos e *de serviços*. Embalada por essa ofensiva do capital contra o trabalho, a produção acadêmica, racionalizando o *novo* cenário, logo fez coro com os agentes das transnacionais, produzindo pesquisas que reforçaram as teses do fim do trabalho, naturalizando aspectos da dinâmica atual do capital como uma *nova* sociedade do conhecimento ou da informação, cujas *novas* relações sociais(!) extirpariam a *velha* exploração sistêmica do trabalho, além

do próprio trabalho, em nome de uma presumida sociedade consensual – democrática e igualitária – parametrada por acordos intersubjetivos entre atores praticando jogos do tipo ganha-ganha.

*

Máquinas programáveis informacionais não são apenas microcomputadores as implementações mais conhecidas do grande público, mas, também, os minis, *main frames*, máquinas de comando numérico, outras máquinas de automação no chão-de-fábrica e todos os equipamentos que implantam a internet, além de caixas automáticas de bancos, *videogames* e uma vasta gama de outras máquinas que brotam de específicas necessidades do processo produtivo contemporâneo. Trata-se de inumeráveis máquinas e protocolos (regras) de comunicação que produzem um fluxo contínuo de grandes quantidades de códigos armazenados transmitidos e processados sob a genérica e ambígua denominação de informação. A operação dessas máquinas pressupõe adestramento em linguagens e ambientes operacionais para as, hoje, assim chamadas interfaces homem-máquina. A adequação dos trabalhadores a essas máquinas, protocolos e fluxos de informação faz parte de uma intensa campanha teórico-ideológica para tentar reduzir os homens a seres informacionais, bem como à condição de apêndices desses fluxos.

Processos históricos ocorridos na segunda metade do século XX marcaram a gênese dessa campanha e do ciberespaço como campo de pesquisa tecnológica (cibernética) exigida pelas disputas geopolíticas e ideológicas entre os Estados Unidos e a União Soviética. Desse concreto contexto histórico de fim de século – que retomaremos mais particularmente a seguir –, um grande número de conceitos emergiu, ressurgiu ou simplesmente mudou de nome. Conceitos recuperados ou afetados por prefixos que anunciavam o novo. Novo que se identificava com a prática política neoliberal, com o ideário pós-moderno, com a ficção da pós-indústria e da sociedade do fim do trabalho e, principalmente, com a expansão dos mercados financeiros após a Segunda Guerra Mundial.

Em meio a essa afetação nas áreas das ciências sociais, outorga-se a emergência de *novos* padrões do próprio real, como a imaterialidade atribuída ao trabalho contemporâneo ou mesmo o desaparecimento dele, das classes sociais, dos Estados nacionais, etc. O discurso que faz uso insistente dos prefixos “pós”, “neo” e dos adjetivos “novo” e “nova”, cumpre várias funções e utiliza-se de vários expedientes para evitar a crítica. Por pretender ser um discurso isento, apresenta-se como anunciador de *novos* tempos e inaugurador de *novos* paradigmas, que, por si só, deveria ser identificado como positivo e afirmativo. Dando centralidade a alguns pontos empiricamente constatáveis e contingenciais (índices da NASDAQ ou mesmo equipamentos que reprocessam velozmente

milhões de informações, por exemplo), esse discurso alega somente detectar tendências e, ao recusar velhos paradigmas ou velhas visões ideológicas e velhos conceitos, estaria somente acompanhando os tempos e aberto a outras *leituras*. Portanto, seus críticos, estes sim, deveriam ser enquadrados pejorativamente como luditas, neoluditas, pré-jurássicos, dogmáticos ou tecnofóbicos.

Este discurso, auto-identificado como pró-ativo, está preso a concepções conservadoras e, ao contrário do que propagam seus difusores igualitaristas, é efetivamente um discurso representativo das classes hegemônicas internacionais sustentadas pelo capital financeiro. Ao contrário desse posicionamento, pretendemos indicar a real substância do ciberespaço e negá-lo como, infalivelmente, ser um espaço de libertação e igualdade humanas.

Diante da polêmica perguntamos: o que seriam, afinal, esses novos tempos e espaços cibernéticos que parecem exigir a qualquer custo um novo léxico, uma nova dialética ou uma nova postura paradigmática?

O ciberespaço: a esfinge por ela mesma

No livro *Dialética do Ciberespaço*, após incursões léxicas sobre termos e conceitos mais adequados, Planells² define ciberespaço como:

[...] um tipo de espaço social criado de forma artificial, informaticamente, baseado em fluxos de informação (cibernéticos) em formato digital, que é experimentada pelos usuários de forma híbrida ou ciborg, quer dizer, através de uma mescla de seu corpo físico e das diferentes máquinas e tecnologias que os levam ali. O ciberespaço ou, falando com mais propriedade, os ciberespaços aos quais estamos nos referindo, são, pois, os entornos interativos e multipessoais utilizados (habitados) e criados pelos usuários das diversas tecnologias que permitem a interconexão entre computadores ou similares.³

Nas palavras do criador do termo em 1984, William Gibson, inúmeras vezes citado por Planells, o ciberespaço seria: “uma alucinação consensual experimentada diariamente por bilhões de operadores legítimos, em todas as nações [...] uma complexidade impen-sável”.⁴

A característica de “alucinação consensual” seria a construção cultural com a qual as diversas e sucessivas sociedades humanas “domaram” seu meio ambiente. Por ser “consensual”, essa “alucinação” deixaria de ser objeto de interesse patológico e passaria a ser um fenômeno sociocultural.⁵

Ainda no artigo de Planells, o que caracteriza o ciberespaço não seria tanto o que é proporcionado por tipos específicos de máquinas, como computadores ligados à *internet*, pois processos similares ou idênticos poderiam ser levados a cabo em computadores não

conectados ou em telefones celulares, televisões interativas ou consoles de *videogames*. Isso significa que ciberespaço não teria relação com as máquinas e equipamentos que o proporcionam operacionalmente, mas com o que acontece nele entre as pessoas e com elas mesmas.

Três características básicas, intimamente interligadas, definiriam, assim, o ciberespaço: 1. sua não materialidade física e conseqüente indeterminação geográfica; 2. sua condição de espaço praticado; 3. sua hibridização entre seres humanos (ciborgs) e máquinas.

A primeira característica – a não materialidade – significaria que o ciberespaço existiria em uma dimensão sem materialidade física. Nele não existiriam máquinas programáveis informacionais, linhas telefônicas, satélites, fibras ópticas, porque “não seriam somáveis fisicamente”. Essa *idéia* de ciberespaço nos remeteria ao que está no seu “interior” ou àquilo que ocorre por meio de todos esses dispositivos e máquinas, independentemente delas próprias, segundo o autor. Assim, o ciberespaço seria algo que as máquinas possibilitariam, mas que dele não fariam parte. O lugar geográfico, máquinas e equipamentos a partir dos quais os usuários se conectam não teriam importância determinante na criação desse espaço e desse tempo de sociabilidade e de processamento de informações. A distância e a co-presença física dos homens e dos objetos deixariam de ser condicionantes para o estabelecimento de vínculos sociais. Esse tipo de apreensão levou outros teóricos do ciberespaço a considerarem “novas” categorias como a de “desterritorialização”, e outros mais radicais a denominarem essa “nova” socialibilidade como descorporificada.⁶

A segunda característica: a de ser um espaço praticado se daria porque o ciberespaço só existiria enquanto houvesse quem o ocupasse. A referência a um ciberespaço praticado nos colocaria na pista de que ele só existe, portanto, por e para os seres humanos.

A partir dessa caracterização, o ciberespaço como espaço praticado somente se materializaria pela maleabilidade dos conteúdos sociais, por vínculos flexíveis contingenciais possibilitados, por sua vez, pela não materialidade física que permitiria um tráfico de sociabilidades e “jogos de identidade fluidos, líquidos”. Isso nos remete à *idéia* de que esse espaço teria o estatuto ontológico de seus usuários e suas práticas sociais. Em outros termos, o ciberespaço seria eminentemente humano, pragmático, comportamental.

A terceira característica indica que zeros e uns implantados em linguagens de máquinas seriam essenciais nesse processo de hibridização entre homens e máquinas. Seria a biomáquina ou a máquina-orgânica.

Tal como são apresentadas as características definidoras do ciberespaço, ele seria uma nova esfera libertadora e geradora de novas formas de sociabilidade democrática. São declaradas arcaicas sociabilidades ainda vinculadas à materialidade física do orgânico, aos espaços físico-geográficos, às normas estreitas de convívio que exigem a co-pre-

sença do outro para o estabelecimento de vínculos sociais. O ciberespaço, como definido acima, dispensaria a materialidade e expandiria os limites impostos pela presença orgânica do outro, trazendo, assim, um aporte considerável à sociabilidade humana, além de acrescer o enorme potencial de uma suposta missão civilizacional contida nessa realidade ciberespacial.

Para penetrar na enigmática, apologética e socioculturalista definição do fenômeno do ciberespaço, destacamos a seguir alguns pontos pertinentes ao clima dos monumentais processos de transformação ocorridos, principalmente, nas últimas décadas do século XX que formaram o caldo empírico no qual nasceu e do qual vem se alimentando essa esfinge civilizacional.

Expansão das necessidades informacionais do capital financeiro: gênese da esfinge

Ao término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a destruição de boa parte do parque industrial europeu, o capital estadunidense aumentou seu domínio no campo produtivo industrial e financeiro e expandiu-se geograficamente afetando a face do mundo desde a produção de bens materiais e serviços até paradigmas acadêmicos. A necessidade de centralizar, tratar, armazenar informações, que já era intensa antes da guerra, atingiu proporções ainda maiores, caracterizando um fordismo de escritório. Salas imensas, repletas de mesas com contadores, arquivistas, escriturários, secretárias, *office-boys*, guarda-livros e outros trabalhadores da informação operavam à época máquinas automáticas convencionais ou preenchiam manualmente inúmeras cartelas, boletins, enormes livros contábeis com códigos, cifras, médias, cotações, preços, etc. Aos que tiveram acesso à cinematografia de Hollywood da época essas cenas não são estranhas.

À hipertrofia desse tipo de informação somou-se a diversificação e expansão geográfica das fontes geradoras desses dados: bolsas de valores, mercados-futuro, empresas multinacionais, sistema bancário internacional, câmbio, etc. Hipertrofia que inviabilizou o tratamento manual daquela massa de informações impondo ritmos de processamento que concretizava a natureza histórica do capital em mundializar-se.

Durante aquela conflagração mundial, o Estado norte-americano, coroando uma tendência fortemente presente desde a sua constituição, promoveu uma intensa e praticamente ilimitada mobilização de recursos físicos, humanos, intelectuais e financeiros para pesquisa em todas as áreas do conhecimento, cujos resultados finais foram privatizados pelas empresas fornecedoras governamentais. Um dos resultados dessa mobilização de dólares e cientistas de várias nacionalidades para o esforço de guerra aliada foi a agilização da síntese de saber e saber-fazer que gerou as máquinas programáveis informacionais. Nascia, do esquema bélico militar, a cibernética, da qual derivaria, posteriormente,

a informática como técnica específica para substituir a forma manual e mecânica de lidar com os dados relativos às atividades do capital bancário e financeiro em tempos de expansão pós-guerra.

Máquinas computadorizadas, na década de 1970, produzidas por empresas herdeiras dos resultados das pesquisas do esforço de guerra e que já eram tradicionais fornecedoras do capital bancário norte-americano desde fins do século XIX (IBM, Bourroughs, entre outras) se impuseram como solução para o tratamento automático das enormes massas de informação. Encerravam-se os tempos do fordismo de escritório. A base geográfica das operações que se tornava cada vez mais ampla promoveu tanto o desenvolvimento das telecomunicações quanto a sua simbiose com a informática – (informação + automática) neologismo criado para designar o tratamento automático em substituição ao tratamento manual de informações. Essa simbiose tornou-se conhecida como teleinformática. O conjunto de ambas costuma ser denominado *tecnologias da informação* ou mais comumente NTI (novas tecnologias da informação).

Assim forjava-se a base técnica da enigmática esfinge ciberespacial. Seus promotores e financiadores – o capital financeiro estadunidense que necessitava processar em tempo real (instantâneo) um grande fluxo de informações de diversos tipos provenientes de vários lugares do globo – já *habitavam*, produziam e se reproduziam no *interior* da proto-esfinge desde o início dos estudos cibernéticos durante a II Guerra Mundial.⁷

Nas décadas seguintes ao pós-guerra, outra vertente importante de desenvolvimento da base técnica do ciberespaço foi a utilização da corrida espacial para um outro intenso esforço intelectual e de pesquisa militar que utilizava poupança mundial para capitalizar e manter a dianteira de empresas norte-americanas com condições privilegiadas de participação concorrencial (dentro e fora dos Estados Unidos) graças aos subsídios garantidos pelo Departamento de Defesa desse país para pesquisa e desenvolvimento e posteriores encomendas substanciais privilegiadas – dando seqüência, no dizer de Hobsbawm, à Segunda Guerra Fria. Segundo esse autor e de acordo com o foco que aqui ressaltamos, a União Soviética na década de 1980 podia produzir 80% mais aço, duas vezes mais ferro-gusa e cinco vezes mais tratores que os EUA, mas de que isso adiantaria se “não se adaptara a uma economia que dependia de silício e *software*”.⁸

O amadurecimento dos novos setores de investimento de capitais (informática e teleinformática) e uma articulação de classe nascida ainda nos anos de 1970 transformaria o horizonte norte-americano e posteriormente mundial. A partir das décadas de 1970/80, o Oeste norte-americano (*Sunbelt*) acolhe altos investimentos para produção eletrônica e aeroespacial, investimentos diversos e distantes dos antigos distritos industriais fordistas do Nordeste e Centro-oeste. Pela importância que assumem no pós-guerra o tratamento

e a transmissão de *informação* se diferenciavam como setor autônomo de investimento, principalmente, mas não só, nos Estados Unidos.

A mudança de eixo econômico no interior dos Estados Unidos vem seguida de intensa campanha em torno da vida *high tech*, que toma vulto nos anos de 1980, mas se acentua, principalmente, a partir na década de 1990. Proprietários, seguradoras, investidores do Vale do Silício, com todo tipo de interesse, iniciavam um avassalador esforço de pavimentação do único caminho possível que o mundo inteiro seguiria: a aceitação incontestada de um futuro em que atividades agrárias, industriais, químicas, extrativas, serviços seriam regidas pelas tecnologias informáticas. Campanhas publicitárias criavam segmentos de mercado consumidor para produtos civis baseados na microeletrônica (subprodutos da corrida espacial e da Guerra Fria). Dava-se início, nos meios de comunicação, à divulgação da economia informacional e da sociedade do conhecimento. *Novas inteligências, novos* estilos de vida digital decolavam nos anos 80. Paralelamente, valores de solidariedade e comunitarismo eram recuperados da história dos pioneiros para assistência voluntária aos contingentes de desempregados pelas novas tecnologias e, claro, nas universidades proliferavam os *novos* paradigmas acadêmicos – parte deles herdada e reprocessada dos *sixties*.

Nesse ambiente intelectual e político dos Estados Unidos, de “retórica apocalíptica”⁹ por um lado, e, novidadeira por outro, este conjunto de agentes conservadores, os *neo-cons*, já desde os anos 70, preconizavam:

[...] uma receita neoliberal para os Estados Unidos, com a redução do Estado (mediante privatizações) cortes nas despesas sociais [...] a tomada de posição contra o que consideravam um exagero dos ideais democráticos (“excessos” cometidos nos protestos norte-americanos contra a Guerra do Vietnã) além de pretenderem uma renovação espiritual e moral da nação mediante uma retomada da tradição e da hierarquia.¹⁰

Ao lado das universidades e do Congresso, no campo dos maiores interessados economicamente no Vale do Silício, por exemplo, a maior empresa de telecomunicações do mundo (At&T) endossava a noção de sociedade do conhecimento e assegurava ser a informação uma *nova* forma de capital.¹¹ Os investidores dessa e de outras grandes corporações da Costa Leste, os políticos e intelectuais conservadores norte-americanos de plantão remodelaram seus discursos na mesma direção. Essa direita banca o charme midiático da *era da informação* e reveste de modernidade a ofensiva do capital contra o trabalho e o palavrório sobre o potencial das *novas* tecnologias (resta aqui, também, somente lembrar que a esquerda oriunda dos anos 60/70 entendendo – ou não entendendo, mas sempre *post festum* – o desmonte da produção fordista como o fim da classe operária, isto é, o fim do sujeito da sua revolução, assume esse mesmo palavrório). Ideário conservador revestido

do *novo* vendendo o desmonte da produção fordista, claro, não como uma exigência do próprio capital para tentar reverter a tendência histórica de queda da taxa de lucro, mas como *modernidade* e como resultado da conquista da inteligência humana, não por acaso aquela concentrada no Vale do Silício na Costa Leste dos Estados Unidos.

A queda do muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991) – fatos identificados com o fim da Guerra Fria –, o chamado socialismo real e os países do Leste europeu foram insistentemente mostrados, ao fim desse período, como símbolos do velho – o comunismo virara peça de museu e junto com ele qualquer conteúdo político de reivindicação (operária ou não) que colocasse em questão a propriedade privada de instrumentos de produção. As técnicas informáticas e teleinformáticas de comunicação e processamento de dados passaram a ser apresentadas como capazes de varrer do mapa o *velho* sistema socialista vencido pela possibilidades igualitárias contidas no comunismo cibernético, e o capitalismo capitaneado pela América do Norte, seria capaz de conter qualquer desenvolvimento em seu seio e o futuro da humanidade estaria garantido pelos seus ideais de liberdade e democracia (digital) assegurados pelo específico desenvolvimento tecnológico transformado em bálsamo universal.

No fim da década de 1990, a denominada nova economia explodia em cima dos investimentos realizados no setor de tratamento e transmissão de informações. As ações da NASDAQ – uma bolsa formada apenas por empresas das assim chamadas novas tecnologias – batiam recordes em cima de recordes de alta. Se os primeiros cinco anos do século XXI fossem semelhantes aos últimos cinco anos do século XX – uma hipótese que à época parecia plausível – o mundo estaria totalmente mudado e de pernas para o ar. Nessa *bolha*, as empresas ligadas à internet ocuparam lugar de destaque, criando um clima de euforia e crescimento do número de máquinas e usuários conectados abrigados no ventre desenvolvido da esfinge ciberespacial. O início do terceiro milênio assistiu o estouro da *bolha*, colocando em xeque os conceitos delirantes da suposta nova economia. Porém, pouco antes da virada do século, com a *bolha* em seu auge, o ciberespaço parecia a muitos, mas não a todos, de fato, a única perspectiva modernizante.

Some-se a isso as previsões escatológicas de fim de mundo geradas pelo *bug* do milênio, que iria provocar defeitos de funcionamento em computadores responsáveis pela economia mundial, assim como problemas em relógios de pulso, máquinas de lavar roupas e até em equipamentos automáticos e considerados muito inteligentes baseados em computadores que controlam mísseis nucleares, torres de controle de aeroportos, siderúrgicas, navios, etc.

Estaríamos assistindo à emergência de novas formas de sociabilidade, a uma transformação radical, a uma verdadeira revolução social. A expansão fulminante das empre-

sas de alta tecnologia foi acompanhada e eventualmente liderada por empresas que utilizavam intensamente a internet, recebendo a cada dia mais e mais provedores de acesso e acessadores desprovidos.

Esses processos históricos recentes formaram o cenário de comprovação empírica para as idealizações de *novos* paradigmas, dos *novos* consensos, de um *novu contratualismo*. Idealizações que pregam – para os países pobres – políticas de desenvolvimento econômico local –, paradoxalmente, diante das possibilidades de comunicação planetária, segregando-se cada vez mais indivíduos nas suas cascas cidadãs. Ideais que, diante do tremendo avanço produtivo digital, promovem políticas sociais para desenvolvimento de *tecnologias sociais* (expressão confusa, como das muitas divulgadas nos dias atuais, pois jamais houve tecnologia que não fosse social) capazes de produzir alimento barato, artesanato original, etc. e, conseqüentemente, gerar renda imediata a populações pobres mas *criativas* (outra falácia novidadesca porque são os homens que a partir dos processos de intercâmbio prático-sensível com a natureza são a fonte criativa efetiva de saber-fazer).

Decifrando o ciberespaço

Na esperança de não sermos devorados pela esfinge, tentemos decifrar o ciberespaço. O capital ainda é uma contradição em processo. Apesar de se alimentar da mais, valia, que tem como única fonte a força de trabalho humana, ele necessita continuamente expulsar trabalho vivo, e essa expulsão traz uma tendência histórica de diminuição de sua taxa de lucro. Para equilibrar e até, em certos momentos, reverter essa tendência, inúmeros recursos são utilizados. O mais importante para a compreensão desse aparente enigma ciberespacial, apresentado como um novo núcleo de nova sociabilidade comportamentalista, culturalista pós-modernizante é o recurso do aumento da velocidade de rotação do capital.

O capital não tem por objetivo a produção de mercadorias. O único objetivo da transformação em mercadoria, no ciclo dinheiro-mercadoria-dinheiro' (D-M-D') é sua revalorização.

O capitalismo, em última análise, funciona como uma economia monetária de produção, de tal modo que no fim do processo o capitalista obtenha quantidade de capital maior do que a investida originariamente. Esse processo de valorização não resulta de nenhuma qualidade natural do dinheiro. Este não é capaz de valorizar-se por si mesmo – a não ser no plano ideal. O poder de multiplicação do dinheiro só é gerado por condições sociais específicas. O capital constitui-se e é historicamente constituído a partir de relações sociais que reproduzem um tipo específico de apropriação privada de partes do valor criado

durante o processo de trabalho social. Desse modo, o capital, como relação hegemônica, subjuga e transforma essas relações em potências revalorizantes.

Ao capitalista, as mercadorias não interessam como valores de uso, mas apenas enquanto invólucros de valor de troca. O único objetivo da metamorfose de valor em mercadoria, no ciclo dinheiro-mercadoria-dinheiro é sua valorização. Quando e onde for possível, a acumulação é feita sem passar pela produção, ao melhor estilo do capital usurário, realizando o ciclo $D \rightarrow D'$.

A manutenção da liquidez do capital, a lógica do curto prazo, características da atuação dos grupos financeiros, estão por trás das políticas empresariais de redução de estoques, dos fluxos instantâneos de informação e da imposição de ritmos frenéticos a diversos ramos de trabalho.

Estratégias empresariais contemplam a aplicação de técnicas como o *just in time*, contribuindo para o aumento da velocidade de rotação dos capitais que contrabalança a tendência histórica de queda da taxa de lucro. Na esfera produtiva, insumos devem ser fornecidos continuamente em *tempo real* através de complexos esquemas logísticos e de comunicações *on-line*, para que os conglomerados situados no topo dos circuitos produtivos liberem capitais, anteriormente imobilizados em estoques, para participação no circuito $D \rightarrow D'$, expropriando, dessa forma, massas adicionais de mais-valia geradas das mais diversas formas e nos mais diversos territórios econômicos. Para tanto, apoderam-se do trabalho de todos os segmentos sociais, impondo, em escala jamais vista, um ritmo de produção e circulação de mercadorias em um mítico *tempo real*.

Além da diminuição do tempo de circulação e do aumento da velocidade de rotação, outra estratégia – contemplada pela aplicação das técnicas do *just in time* – utilizada para contrabalançar a tendência histórica de queda da taxa de lucro, é a acumulação de capital aparentemente desconectada do processo produtivo direto. Ao diminuir estoques, o *just in time* aumenta a disponibilidade de capital para aplicações financeiras.

A crescente importância que os ativos financeiros adquirem com os ciclos $D-D'$ – e a conseqüente diminuição relativa dos ativos produtivos, reforça outra *evidência empírica* de que o capital é, em si mesmo, a fonte geradora do valor adicional criado em seu processo de valorização. Porém, para participar do circuito $D \rightarrow D'$ é essencial ao capital estar a maior parte do tempo possível na forma dinheiro, na forma de capital-moeda ou outra forma equivalente, de alta liquidez, isto é, disponibilidade monetária imediata. Boa parte das técnicas, tecnologias e procedimentos para o ideal alcance da produção em *tempo real*, destinam-se justamente a garantir que a maior parte possível do capital dos grandes grupos financeiros esteja nessa forma. O *just in time*, por exemplo, além de viabilizar o aumento da velocidade de rotação, com seu impacto na massa de mais-valia e na

taxa de lucro, possui essa outra característica importante para o capital: menor custo de implantação de fábricas cada vez mais enxutas, com menores custos de estoques e maior disponibilidade de capital para investimento no mercado financeiro.

Fábricas, pelo menos as que estão no topo do circuito produtor de mais-valia, consomem grandes e contínuas quantidades de matérias-primas e semi-acabados que devem ser continuamente transportadas em *tempo real* através de complexos esquemas logísticos, para que no topo não haja necessidade de grandes estoques, imobilizando capitais e impedindo-os de participar do circuito $D \rightarrow D'$. Esse é um dos segredos do mágico guardado a sete-chaves. Segredo que escamoteia os reais desígnios da mais alta racionalidade produtiva do capital: aproveitar qualquer capital-dinheiro para se apropriar de mais valor gerado por trabalhadores espalhados pelo mundo – assalariados, cooperativizados, empregados por capitais menos produtivos, trabalhadores por conta-própria, etc.

Após a Segunda Guerra Mundial, além de ser sacramentada a hegemonia do capital financeiro sobre o capital puramente industrial ou comercial, promoveu-se, também, uma grande extensão da área geográfica de atuação dos grandes grupos financeiros. O Sol nunca se põe no reino do capital: é sempre dia em alguma grande bolsa de valores. O dinheiro sonante, o papel-moeda resultante da não aplicação direta na produção pelos conglomerados está em todas elas. Capital mantido na forma de papel-moeda graças à racionalização do tempo certo, na hora certa, na qualidade certa, isto é, o controle *just in time* dos ritmos, tempos e espaços de produção.

Sobras e provisões de caixa da operação industrial de uma empresa que pertença a um grupo do capital financeiro mundializado podem ser usadas para aplicações no outro lado do mundo, enquanto é noite na empresa. Isso significa um passeio de milhões de dólares no ciberespaço, percebido como o espaço do não material. Percepção do espaço idealizado sem barreiras políticas, econômicas ou culturais e totalmente desregulado. Esses recursos retornam para o caixa das operações de manhã ou assim que for necessário.¹²

Esses passeios do capital-dinheiro pelo ciberespaço – espaço saudado como igualitário, quando é, em síntese, um artifício para as metamorfoses do capital na esfera da circulação – permitem imensos lucros aos acionistas sem os riscos inerentes aos investimentos produtivos. O ciberespaço é o espaço *imaterial* potencializador da operação dinheiro gerar mais dinheiro sem os riscos da produção. Tal qual o dinheiro do capital-rentista emprestado para governos de países pobres a juros absurdamente altos. Juros que serão pagos com a segurança do sistema monetário internacional: $D \rightarrow D'$ puro sem intermediários, pelo menos para alguns.

Certa vez, Marx respondia a um crítico (dos muitos) que dizia que a produção material não tinha o papel por ele atribuído na práxis humana, pois havia um contra-exemplo óbvio: o império romano, dizia esse crítico, vivia de saques. Ao que Marx retrucou: para haver o que saquear é preciso que alguém produza, não é possível saquear o que não existe, portanto, o que não foi produzido. O mesmo aplica-se ao lucro do circuito $D \rightarrow D'$. Para além de especulações que ciclicamente se compensam, o valor apropriado pelo capital financeiro é produzido através da única fonte possível sob as relações de produção capitalistas: a apropriação de tempo de trabalho excedente. Para que o capital financeiro possa se apropriar de valor, este teve de ser produzido em algum lugar do planeta.

A racionalidade da massa crescente de capitais buscando valorizar-se de forma financeira é o que proporciona a crescente dificuldade de valorização do capital investido na produção. Dificuldade, afinal de contas, dos próprios capitalistas que, para enfrentá-la, aceleram o processo autofágico intracapitalista. Processo no qual parcelas de mais-valia são drenadas de um local para outro sob qualquer forma que ela seja criada. São os capitalistas, assessorados pelos mecanismos institucionais, que precisam transformar todas as operações financeiras em ganhos de $D \rightarrow D'$. Esse processo de transformação fantasmagórica de dinheiro gerando dinheiro só é possível se os grandes conglomerados se mantiverem transnacionais com poder de barganha junto aos Estados, se possuírem informações privilegiadas, para não falar na situação de corrupção permitida.

Ao fim e ao cabo, a multiplicação do capital-dinheiro, sob a forma de dividendos, juros, derivativos e uma criativa variedade de rendimentos, tem por base a apropriação de mais-valia gerada em algum lugar da esfera da produção material.

Grupos financeiros possuem importantes operações industriais, comerciais e bancárias. Tais pólos constituem grupos, formados por *sociedades-mãe*, *holdings* que fazem, antes de tudo, a arbitragem das participações financeiras, definindo quanto capital será alocado nas operações financeiras do grupo e quanto será alocado em operações industriais. Tais grupos realizam uma gestão de caixa centralizada, organizando uma circulação financeira interna entre as filiais, sejam elas operações industriais, comerciais ou financeiras, que se tornam relativamente incontroláveis por governos e instituições internacionais que, aparentemente, renunciaram ao controle em nome do mercado. Técnicas pouco transparentes para analistas externos (e até mesmo, ao que parece, para seus auditores) são usadas para operações financeiras, distribuição de dividendos de uma filial para outra, empréstimos internos disfarçados, manipulação de preços e outras eficientes e criativas operações que apenas são dadas a público quando, eventualmente, freqüentam as primeiras páginas dos jornais por ocasião de escândalos financeiros constatados.

Uma assimetria interessante é esta gestão centralizada de caixa. Gestão que tem sentido inverso da descentralização de numerosas atividades ligadas à produção. Dois movimentos sincronizados, e em sentidos contrários, intercalam-se: à centralização do controle de caixa das operações dos grandes grupos, corresponde uma descentralização de operações, tanto no sentido geográfico, quanto no sentido de diversificação das operações (industriais, comerciais, financeiras).

Os grupos têm à sua disposição, nos mercados de câmbio, um leque muito aberto de instrumentos cujos vencimentos são extremamente breves. As múltiplas possibilidades de ganhos financeiros abertas, criadas e acessíveis, principalmente aos grandes grupos, aumentam consideravelmente as oportunidades de transformação do disponível em caixa em capital de empréstimo e sua reconversão em dinheiro.

Os investidores institucionais – assim como todos os operadores financeiros que os tomam como modelos – aliam uma capacidade de operar, realizar captações sem contrapartida na esfera produtiva, com uma nítida tendência a descarregar as perdas e custos em outras categorias sociais.

O lucro – quase instantâneo – do circuito D-D' também significa especulação, bolhas que inflam e desinflam ou drenagem do valor produzido em locais, cidades – simples lugares materiais, geográficos, onde o capital se realiza e se reproduz e onde proliferam trabalhadores que tentam produzir em *tempo real*. Esse processo implica intenso fluxo de informações ao redor do mundo. Informações específicas processadas e reprocessadas por trabalhadores transformados em apêndices desses fluxos e dessas informações. Processos de trabalho cujo caráter de *hibridização entre seres humanos e máquinas* antes de ser inexoravelmente libertador é a forma contemporânea do trabalho estranhado.

Os processos e as máquinas programáveis informacionais concebidas para funcionamento no *timing* necessário inserido nos tempos de rotação cada vez menores do capital implicam a contínua adequação de condutas humanas. A adesão a um tipo de modernidade é concebida como desejável ou pelo menos inevitável. Seres humanos precisam ser convencidos da necessidade de acompanhar o ritmo das máquinas programáveis informacionais, serem cúmplices de sua lógica subjacente, compreenderem e assimilarem linguagens específicas para uma adequada interface homem máquina.

O *timing* necessário ao capital não é imposto apenas no chão de fábrica ou na suposta loucura das bolsas de valores, o cotidiano das grandes cidades impõe um ritmo intenso a todos, trabalhem ou não no chão de fábrica, escritórios ou bolsas. Os tempos exigidos para um *moto-boy* entregar um documento ou para que se faça uma tese de mestrado ou doutorado são continuamente comprimidos. O *timing* dos videoclips e dos filmes – cortes

rápidos, a câmera nunca se fixa mais que alguns segundos em qualquer ponto – expressa o ritmo imposto aos seres humanos, ritmo que, uma vez interiorizado, passa a ser o normal.

Aos seres humanos caberia a busca de sua empregabilidade ou sua readequação à condição de apêndice dos fluxos de informação – para participarem desse fluxo, mesmo como apêndices, devem adequar-se às necessidades definidas pelas interfaces homem máquina. Essa readequação significa, entre outras coisas, serem capazes de entender e co-participarem de uma lógica subjacente a essa interface e se adestrarem no uso das linguagens simbólicas necessárias para a operação dessas mesmas máquinas programáveis informacionais, além de se adaptarem ao seu *timing*.

*

Nos limites deste texto, propusemos uma análise distinta das comportamentalistas, que tratam fenomenicamente o ciberespaço. Gerado a partir de meados do século XX, foi viabilizado e viabiliza a dinâmica de reprodução do capital na atual fase de mundialização. Antes de ser espaço de novas sociabilidades é meio de acumulação de capital.

O discurso dominante tenta nos induzir a aceitar *in totum* essas formas de modernidade como ápice da razão humana, como se fôssemos elos de fluxos cibernéticos e à altura da velocidade *inteligente* imposta pelas máquinas e equipamentos informacionais.

Os meios de comunicação contemporâneos apresentam novidades formais, e mesmo essenciais, relativas à apreensão, ocupação e consumo do tempo e do espaço pelos homens, mas não é suficiente para compreendê-los o enfoque exclusivamente pautado nos aspectos comportamentais fenomênicos gerados entre os indivíduos entre si e em suas relações (interfaces) com as máquinas e os equipamentos que compõem esses meios. Apesar de permitir a comunicação entre bilhões de pessoas através de e-mails e de aplicativos como o ICQ e o Orkut, é pertinente e menos incauto analisar essa forma comunicacional a partir da estrutura histórica que a criou, e, mais do que pertinente, é necessário revelar a hegemonia do capital exercida nesses meios e por esses meios, isto é, no ciberespaço.

Notas

* Artigo adaptado do quarto capítulo da tese *Cidade, trabalho e técnica: o mito da produção em tempo real*, defendida pela autora em 2003 na PUC-SP e do último capítulo do livro, também da autora: *Fabricação da cidade e ideologia da circulação*. São Paulo, Terceira Margem, 2005.

**Doutora. Professora Fundação Santo André. E-mail: werther1774@uol.com.br

¹ Ver crítica da expressão *era tecnológica* em VIEIRA PINTO, Álvaro. *O conceito de tecnologia*. Vols. I e II. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

² PLANELLS, J. M. “Ciberespaço – Notas para a utilização de um conceito analítico em Ciências Sociais”. In: ALVES, G. e MARTINEZ, V. (orgs.). *Dialética do ciberespaço. Trabalho, tecnologia e política no capitalismo global*. Bauru, Document Arminda, 2002, pp. 13-34.

³ *Ibid.*, p. 33.

⁴ GIBSON apud PLANELLS, op. cit., p. 25.

⁵ PLANELLS, op. cit., p. 25.

⁶ O corpo humano é limitado, finito. Algo que precisa ser superado para que o homem alcance seus efetivos ideais. Trata-se de uma vertente contemporânea chamada de pós-orgânico, bastante adequada a esses tempos de irracionalismo. Entre outros autores, ver SIBILIA, P. *O homem pós-orgânico. Corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.

⁷ Ver WEINER, Norbert. *Cibernética e sociedade, o uso humano de seres humanos*. São Paulo, Cultrix, 1970.

⁸ HOBSBAWM, E. *Era dos extremos. O breve século XX - 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 242-244.

⁹ *Ibid.*, p. 244.

¹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion. Um historiador fala de teoria e metodologia. *Ensaio*. Bauru, Edusc, 2005, p. 28. Em *Formação do império americano*, Moniz Bandeira escreve que nos anos 70, quando declinavam a economia e o prestígio internacional dos Estados Unidos, “concorreram para robustecer as tendências ultraconservadoras, chauvinistas, que defendiam a militarização de suas políticas e queriam impulsionar a corrida armamentista (...) Mais jingoístas do que internacionalistas eram contrários à política multilateral dos Estados Unidos, defendiam o não-pagamento das contribuições à ONU, e começavam a dominar o Partido Republicano, difundindo a percepção de que Carter optara por não resistir ao ‘audacious assault’ da União Soviética, que apoiava as guerras de libertação nacional, contra os interesses americanos”. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do império americano da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. São Paulo, Civilização Brasileira, 2005, cap. XXI, pp. 394-395.

¹¹ ROSNAK, T. *O culto da informação. O folclore dos computadores e a verdadeira arte de pensar*. São Paulo, Brasiliense (Coleção: Comunicação e Informática), 1988.

¹² SERFATI, C. “O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia”. In: CHESNAIS, F. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo, Xamã, 1998, pp. 141-181.